

ENTREVISTA

GILBERTO LUIZ AGNOLIN

Realizada em novembro de 2018

Gilberto Luiz Agnolin é Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), desde set/2018. Professor titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó-UNOCHAPECÓ, desde 1986 (licenciado das funções docente, Acordo de Cooperação FAPESC e FUNDESTE/UNOCHAPECÓ). Formação acadêmica: Mestrado em: Ciências Ambientais - UNOCHAPECÓ (2012); Especialização em: Gestão e Liderança Universitária UNISUL (2005 - Cooperação OUI/ACAFE); - Organização, Sistemas e Métodos UNOESC (1993); Graduação em: Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1983). Principais Funções Exercidas no setor público: Diretor de Pesquisa em Ciências Agrárias e Meio Ambiente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), de jul a set/2018; Diretor de Políticas e Planejamento Educacional da Secretaria de Estado de Educação de SC (jan/2016 a maio/2018); Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de SC (mar/2005 a fev/2017); Diretor de Educação Superior da Secretaria de Estado da Educação de SC (abr/2012 a dez/2015); Principais funções executivas na educação superior, Reitor da UNOCHAPECÓ de 2002 a 2008 (período de sua implantação - out/2002 a jan/2004) e primeiro mandato eletivo (fev/2004 a jan/2008). Pró-Reitor de Administração da UNOESC Campus Chapecó (1996 a 2002); Coordenador do Curso de Administração da Unoesc/Chapecó (fev a dez/1993)

Gilberto, agradecemos a sua disponibilidade e disposição em colaborar com a Revista Professare. Para iniciar nosso diálogo, gostaríamos de lhe perguntar como avalia a importância da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) no que se refere às políticas e financiamento de pesquisas no Estado? Quais serão as perspectivas para o próximo anos?

A estruturação da FAPESC se dá em um contexto de CTI que o país organizou via Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O papel da FAPESC está principalmente na articulação entre as universidades, terceiro setor, indústria e governo, para que a gente possa movimentar as ações configuradas como estratégicas no plano de CTI que Santa Catarina tem. Isso se dá a partir de um movimento nacional também, com as agências de fomento do MCTIC, MEC e outros, que trabalham de forma integrada para poder alocar recursos para essas ações estratégicas. Nos últimos dois anos, nós tivemos uma restrição financeira em várias áreas, e normalmente as áreas de investimento são as que mais sofrem quando há restrição financeira. Houve um ajuste desses recursos recebidos aqui pela Fundação, que operou em 2017 e 2018 com cerca de 50% dos recursos que vinha operando normalmente. Isso não pode ser visto como uma perspectiva de curto prazo, que pode ocorrer em 2019 se a gente tiver uma recuperação financeira. Mas em perspectiva de médio ou longo prazo, eu vejo que as estruturações jurídicas dessas fundações, através de modificações na Lei Estadual de Inovação, vão possibilitar um incremento maior atrelado aos ecossistemas de inovação que o Estado vem construindo, não apenas com os Centros de Inovação, mas especialmente nas cidades onde tem sido instalado polos de inovação bastante pujantes.

Esses componentes de ajustes orçamentários, atrelados ao governo e às suas demandas, geralmente nas áreas sociais ou de serviços, nos deixam com a dúvida se devemos ser mais cautelosos junto à Secretaria da Fazenda ao solicitar recursos para inovação e pesquisa. Do ponto de vista estratégico do país, essas são áreas em que a descontinuidade faz com que a ruptura seja muito grande se não é retomada num curto espaço de tempo. Se nós vamos viver 3 anos em recessão financeira, o prejuízo político-institucional para essa área estratégica de desenvolvimento científico e tecnológico pode ser de cerca de uma década. Mesmo que haja restrição, é necessário definir com o governo e a sociedade o que é estratégico, pois o investimento nessas áreas não pode ser descontinuado.

O futuro da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação depende do compromisso assumido pelo Estado brasileiro, em todas as suas dimensões, e

pelos seus governantes. Na condição de Presidente FAPESC, como você avalia esse desafio para Santa Catarina e como se posiciona frente a ele?

Na condição de presidente da FAPESC, temos que operar conforme aquilo que está instituído em Leis, normas e de acordo com a disponibilidade financeira. Eu vejo que na Educação essa questão é muito mais dramática que na área de CTI, porque a área educacional é a base para alavancar a CTI. Temos um déficit educacional há muito tempo, principalmente no Ensino Médio, que é basicamente de onde sai a população que vai chegar ao Ensino Superior e depois irá para a Pós-Graduação. Nós observamos que a quantidade de pessoas dedicadas à pesquisa já está diminuindo e temos um *gap* na pós-graduação. A preocupação com essa cadeia educacional é maior do que com a área de atuação da Fundação.

Na CTI nós temos um componente que ainda é uma novidade do ponto de vista organizacional, que é a relação com as instituições do setor privado, indústrias e empresas, tanto na área de serviços como de desenvolvimento de produtos. Na Grande Florianópolis e nas regiões de Blumenau e Joinville, o estado possui ecossistemas de prestação de serviços bastante robustos, porque ao longo dos últimos 20 anos houve um conjunto de ações em inovações, principalmente em desenvolvimento de softwares. Hoje esse investimento já dá um retorno tanto para o governo na forma de impostos, como para a população na geração de empregos, mas foi uma aposta. Se conseguirmos estabelecer incentivos e iniciativas semelhantes em outras regiões do estado, essa relação pode oferecer retorno mais rápido, porque isso se pode obter através do que está hoje estabelecido na legislação em CTI, muito mais rápido do que na Educação. Mas na Educação temos uma base que empurra tudo isso se tivermos uma quantidade razoável de pessoas com Pós-Graduação, Graduação e Ensino Básico de qualidade.

Nos últimos anos percebemos o rápido crescimento de mestrados e doutorados no Sistema Nacional de Pós-Graduação e, por consequência, o oferecimento de programas nas diversas regiões do Estado, embora, ainda, pouco relevante, mas situação atípica considerando as décadas passadas. No seu ponto de vista,

qual a importância desses programas para o desenvolvimento da pesquisa no Estado?

Existem duas questões importantes: só conseguimos estabelecer programas de pós-graduação porque as estruturas educacionais tiveram a capilaridade desenhada a partir da década de 70 via fundações educacionais do sistema comunitário, Sistema ACADE, que também conseguiram estruturar os programas de pós-graduação. Inicialmente, a maioria *latu sensu*, e depois *strictu sensu*. Recentemente tivemos também uma expansão significativa do sistema público federal, com os Institutos Federais e Universidades Federais, além da expansão da UDESC. Um exemplo é a Universidade Federal da Fronteira Sul, que se instalou na região Oeste, PR e RS, com um modelo inovador de expansão universitária, fazendo com que essa estrutura, antes centralizada, pudesse atender às demandas de expansão. E já veio com proposta consolidadas não apenas para a graduação, mas também para implantar rapidamente os PPGs. O nosso desafio agora é como financiar essas estruturas de pós-graduação, manter esses programas com o apoio do Estado. Mas ele não pode apoiar todos os programas, vai ter que selecionar aqueles que estejam articulados com o desenvolvimento regional ou estadual. Dessa forma, será necessário um novo desenho no qual a FAPESC deverá estar intensamente articulada com esses atores para conseguir alocar recursos. Hoje nós temos um volume de recursos razoável nos programas de pós-graduação via FAPESC e via Ministério da Educação. Esse conjunto, desenhado na década de 1990, precisa ser repensado. Agora, a expansão da pós-graduação no setor privado, e crescimento do número de matrículas, faz com que não esteja mais sendo possível sustentar a pós-graduação com auxílio da Fundação e dos sistemas fundacionais que operam com recursos dos municípios. É necessário pensar agora qual é o custo dessa expansão, e esse será a base do desenho de CTI do estado, através da pesquisa científica, sem esquecer o papel do setor produtivo e do governo. E essa é uma novidade não tão simples de ser construída do ponto de vista da base legal e da cultura das organizações, pois em algumas regiões é preciso amadurecer a articulação entre esses três segmentos.

As tecnologias da informação e comunicação têm possibilitado o surgimento de uma segunda modalidade de formação, tanto na graduação como na Pós-Graduação. Na graduação, a *educação a distância* cresce exponencialmente. Como você avalia a modalidade *a distância* para programas de mestrado e doutorado?

Desde 2005, quando houve a regulamentação do decreto sobre o artigo da LDB que trazia a Educação a Distância, foi feita uma opção no país de que a EaD fosse para a graduação e a pós-graduação. Na época houve uma discussão muito grande de que a modalidade deveria existir somente para a pós-graduação, área em que hoje verificamos uma expansão, até mesmo na área da Saúde, Engenharias, e nas Ciências Sociais e Aplicadas. Na pós-graduação eu vejo que é mais tranquilo de haver aceitação pelo ensino EaD. Se a instituição for séria e tiver um projeto pedagógico a contento, é muito mais fácil hoje de se fazer ensino a distância com toda a tecnologia que nós temos, mas é necessário haver uma mediação intensa entre a instituição e o aluno que recebe o serviço. Essa operação não pode ser feita somente através de uma plataforma mediadora, e ainda não foi desenvolvido um método melhor para essa troca. À medida que existe um programa estruturado a longo prazo, é possível garantir uma continuidade séria do programa de pesquisa dentro daquela universidade. Por outro lado, se a universidade tem um projeto pedagógico altamente mercantil e está instalada a poucos quilômetros do aluno, dificilmente haverá uma relação de troca intensa com a região. Mas também não podemos desconsiderar que a produção científica de um aluno de qualquer outro lugar do mundo possa contribuir de alguma forma com aquela região, e o EaD facilita muito isso. Então, a preocupação hoje não é a modalidade, mas sim a seriedade da instituição que a oferece. O programa pedagógico é que deve garantir isso, além dos órgãos de controle, e, em último caso, o próprio aluno, que ao desejar desenvolver um projeto, irá procurar uma instituição que tenha credibilidade. É uma situação diferente da de um jovem de 17 anos que entra na graduação, pois ainda tem um processo de formação social muito intenso a ser buscado, através da interação com seus professores e colegas, algo que a modalidade EaD não poderia oferecer.

Escritos mostram haver uma forte preocupação relacionada com a banalização da produção científica nacional. Existe realmente essa preocupação? Ela tem fundamento? Existe alguma preocupação da Fapesc com relação aos projetos de pesquisa financiados pela instituição? Como você se posiciona frente a ela?

Em todo sistema que se coloca em funcionamento, é necessário um nível de controle. Não no sentido de fazer uma imposição ou de cercear a liberdade de quem coloca sua atividade em operação, mas na nossa sociedade organizada, num regime democrático, é preciso estabelecer parâmetros. Dentro do processo de formatação de qualquer atividade, ela precisa estar regulamentada, o que implica um sistema de avaliação e acompanhamento. Há quase 20 anos foi instalado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Não foi fácil construir o sistema, mas está consolidado, tem um regulamento, processo de acompanhamento, verificação das instituições, dos cursos, atribuições de nota, etc. Em CTI nós ainda precisamos trabalhar com um grupo de indicadores macronacionais, e eu acho que as FAPs têm trabalhado muito nisso através de suas plataformas, com um padrão mínimo de acompanhamento dos projetos, para que seja possível dizer para um grupo de usuários de pesquisas, e entendo a importância desse trabalho de ciência, tecnologia e inovação que venha diretamente a beneficiar o cidadão. À medida que se constrói esse sistema, começa-se a ter uma creditação tanto por quem utiliza essas plataformas e os sistemas das FAPs, como pelas universidades e empresas. Acredito que esse sistema, do ponto de vista nacional, não está desenhado. O SIFAPs, Sistema de Indicadores das FAPs, é um início, como existe na Educação Superior. E também é necessário ter um sistema na educação básica. Todos esses sistemas educacionais e de CTI estão intensamente relacionados, então o SINAES é uma boa experiência que pode inspirar a criação de novos sistemas de indicadores para a Pesquisa Científica.

A democracia é entendida como uma importante conquista para a sociedade brasileira. Ela é apresentada como fundamental para o desenvolvimento social. As últimas eleições apresentaram um cenário muito polarizado, demonstrando

fragilidades no sistema político partidário. Numa perspectiva de futuro, nesse contexto, como você antevê a situação da Fapesc como agência de financiamento de pesquisas para o Estado de Santa Catarina?

No movimento nacional podemos perceber que as estruturas ministeriais que impulsionam o desenvolvimento nos estados na área de CTI são centrais para o rumo que será dado a nível nacional. Dificilmente os estados que possuem poucos recursos vão sobreviver se não tiverem uma direção apoiada pelo sistema nacional, porque o grande volume de recursos é arrecadado pela União, em torno de 65%, enquanto 35% é dos Estados, e o restante dos municípios. O volume de recursos já determina a importância da direção política sobre esse tema, então é preciso aguardar. Parece que a mudança nacional será bastante significativa, não sabemos se haverá corte de recursos ou redirecionamento institucional. Nós garantimos um processo democrático, e, dessa forma, quem foi eleito tem o direito de indicar a nova política institucional. Como esse componente, já ao longo dos últimos anos, teve uma contribuição e participação efetiva nas IES e também no setor produtivo, não é esperada uma ruptura muito grande. Nos dois últimos anos houve uma recessão muito grande, e a previsão para 2019 é de que não haja um avanço muito grande, mas há necessidade de ajustes.

Entrevista realizada pelo Prof. Dr. Ludimar Pegoraro
Novembro de 2018.